

Contornos geopolíticos brasileiros

*Wendell Teles de Lima*¹

*Artemizia Rodrigues Sabino*²

*Adriana Aparecida das Neves de Queiroz*³

*Rocilange Salles Cabral*⁴

Resumo

A década de 1990 marca o ressurgimento do planejamento territorial, entendido aqui como geopolítica de Estado. A América do Sul e Amazônia aparecem como prioridades nessa nova forma de organização geográfica capitaneada pelo Estado brasileiro e inserida no 'sistema mundo'. Para tanto, torna-se necessária a compreensão das iniciativas brasileiras que perpassam pela constituição dos Eixos de Integração e Desenvolvimento. Como referência, utilizou-se a revisão bibliográfica sobre as relações estabelecidas entre Estado, território e Ação Política.

Palavras-chave: Território; Estado; Geopolítica do Brasil.

Contornos geopolíticos brasileños

Resumen

La década de 1990 marcó el resurgimiento de la planificación territorial, entendida como el estado geopolítico. América del Sur y Amazon aparecen como prioritarios en esta nueva forma de organización geográfica encabezada por estado brasileño y se inserta en el 'sistema mundial'. Por lo tanto, se hace necesario conocer las iniciativas brasileñas que son la base de la constitución de los Ejes de Integración y Desarrollo. Como referencia, se utilizó la revisión de la literatura sobre las relaciones entre el Estado, el territorio y la acción política.

Palabras-clave: Territorio, Estado, Geopolítica del Brasil.

¹ Doutorando em Geografia / UFPR. Líder do Grupo Estudos Geográficos - UEA.

² Professora do Dep. de Matemática da Universidade do Estado do Amazonas-Campos Tabatinga.

³ Professora do Curso de Letras do Centro de Estudos Superiores de Tabatinga – CESTB-UEA.

⁴ Professora do Curso de Letras do Centro de Estudos Superiores de Tabatinga – CESTB-UEA.

Introdução

A construção dos Eixos de Integração e Desenvolvimento (EIDs) na Amazônia representa uma nova fase de planejamento territorial e de retomada do planejamento por parte do Estado. A concepção dos EIDs difere metodologicamente das políticas territoriais anteriores, como a dos polos de crescimento, essencialmente em função de sua visão integrativa do território, inclusive no cenário internacional, do qual é parte componente no sistema mundial.

Assim, os EIDs incorporam um elemento de estratégia geopolítica. O desenvolvimento integrado e a inserção do país no cenário mundial tem levado o Estado Brasileiro ao desenvolvimento de políticas territoriais internas, que apresentam uma dimensão externa presente na construção de um projeto de inserção internacional estruturante embasado na geopolítica e economia mundial.

A retomada do Estado Planejador é, na realidade, a volta da ação geopolítica no Brasil. O presente estudo tem por finalidade investigar essa estratégia geopolítica do estado brasileiro. Para a compreensão desse processo, toma-se por base o levantamento bibliográfico especializada e que permita a formação de prognósticos relacionados ao plano de integração sul-americana, com ênfase no território amazônico. Assim, destacamos as relações do Estado com o território, a concepção geopolítica de poder e os mecanismos territoriais utilizados nos projetos de integração.

No momento em que registra-se a ascensão de geoestratégias territoriais marcadas pela apropriação e uso de recursos naturais, a Amazônia emerge como questão central na constituição dos EIDs.

O princípio geopolítico como estruturante da organização territorial

Na década de 90, o país começa a sair de uma crise econômica associada ao modelo desenvolvimentista levado a cabo pelos militares (Brasil Potência), e que resultou no forte endividamento do Estado e na diminuição das ações de planejamento territorial.

A referida década marca a implementação do Projeto Neoliberal, que substituiu o sonho da potência econômica e passou a privilegiar o modelo Estado-Mercado, onde o uso do território ocorre de forma fragmentada e privatista, culminando no enfraquecimento do Projeto Nacional.

Nesse contexto, como pensar na ação planejadora do Estado no território numa perspectiva geopolítica? A escala mundial torna-se cada vez mais parte da estrutura da organização espacial, e a competitividade e inserção no mercado os novos paradigmas

do desenvolvimento. Assim, os objetivos (geo)políticos aparecem mesclados aos grandes interesses dos novos atores na arena internacional.

Ainda no governo liberal de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), é criado o Programa Brasil em Ação. Este elegeu, num primeiro momento, como elementos estruturadores os corredores de exportação. O escoamento da produção mineral, agrícola e industrial do país era condicionado às novas rotas econômicas e proximidades dos grandes mercados. O território passa a ser pensado como elemento de aceleração dos fluxos e das demandas existentes para os mercados internacionais.

Os Eixos de Integração e Desenvolvimento foram lançados em 1996, no contexto do Programa Brasil em Ação. Eles fazem parte de uma estratégia que tem como ponto de partida a integração da infraestrutura regional da América do Sul. Para tanto, a constituição da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) tem por finalidade o processo de regionalização sul-americano, estabelecido como estratégia brasileira em 1992, ao delimitar nossa esfera política de atuação na América do Sul.

Essa estratégia regional é uma visão integrativa das prioridades externas brasileiras, elaborada no gabinete estratégico federal, e agrupando o conjunto de países vizinhos que compõem áreas de interesse comuns para o aumento e integração dos fluxos comerciais intra e extra-regionais:

O projeto de integração de redes de transporte, comunicação e energia através do IIRSA engloba os 12 países da América do Sul e define vários eixos de integração, organizados em norte-sul e leste-oeste. É um projeto que ainda levará tempo para sua total implementação e dependerá dos ânimos internos dos países para sua execução. Parte dos investimentos para a concretização dessas vias de ligação será alocada pelo BNDES aos países vizinhos, revelando o grande interesse brasileiro sobre tal iniciativa, o qual muito se assemelha a antigos projetos geopolíticos do Brasil para englobar toda a América do Sul sobre sua influência, como Mário Travassos projetava já na década de 1930, através de ligações com os vizinhos como forma de superar a Argentina no continente. (TEXEIRA e ANSELMO, 2011, p. 63).

Essa iniciativa de integração regional trará assimetrias entre seus participantes, e a possibilidade ou não da concretização das ações dependerá do momento político e econômico vivido por seus membros, bem como em função das metas e prioridades estabelecidas, que mudam rapidamente em sistemas de redes:

O distanciamento da perspectiva da defesa e diplomacia é sintomático da desarticulação, não só do Brasil em relação aos projetos de integração regional, mas, de maneira geral, de todos os países sul-americanos e, talvez, o principal

motivador da falência ou estagnação desses projetos. Ao mesmo tempo onde ocorriam reuniões para promover a articulação política e econômica regional, as tropas permaneciam estacionadas junto à fronteira dos antigos rivais, não contribuindo dessa maneira ao ganho de confiança entre os parceiros dos blocos de integração. Mesmo no caso do Mercosul, o Brasil continua a privilegiar militarmente a fronteira sul, onde se concentra a maior parte do seu exército, a despeito do discurso de proteção e vigilância da Amazônia, que é alardeado como central nos dias atuais. (HAGE, 2013, p. 7).

O conceito de regionalismo aberto concebe o continente sul-americano como um espaço geoeconômico integrado, preconizando a redução das barreiras internas ao comércio internacional e das ineficiências na infraestrutura e nos sistemas regulatórios e operativos.

Nos Eixos de Integração e Desenvolvimento, em função do regionalismo aberto, a região é organizada ao redor de franjas multinacionais, que concentram fluxos de comércio atuais e potenciais, onde se busca implementar um padrão mínimo e comum de serviços de infraestrutura. A respeito da importância dos EIDs, pode-se observar em Becker (2004, p. 71):

A justificativa dos EID se fundamenta em necessidade internas e externas da retomada dos investimentos produtivos e da redefinição do papel do Estado. De um lado, a inserção competitiva no cenário internacional. No plano doméstico, razões de equidade: a redução das disparidades econômicas entre os estados que vinha ocorrendo desde 1970 e foi interrompida devido à crise fiscal do Estado e à consequência queda de investimentos públicos, cuja importância relativa como fonte de crescimento do PIB tende a ser maior justamente nos estados menos desenvolvidos. Para tanto, necessárias se faz a descentralização e a plena utilização sustentável do território.

Os pontos nodais ou regiões de potencial integrativo ganham certa estruturação nos eixos e nas iniciativas integrativas. Desde Ratzel, estes são vistos como partes importantes das preocupações geopolíticas, quando o autor prussiano estuda a ação do Estado nas Zonas de Fronteira. Na concepção de Becker (1998), a fronteira terá um papel dinâmico na região ao estabelecer os marcos de atuação de diferentes territorialidades, muitas vezes conflitantes entre si, e onde o novo e o velho se encontram formando um mosaico de realidades.

Outro conceito estratégico dos EIDs é de sustentabilidade econômica social ambiental e político-institucional. A sustentabilidade econômica é proporcionada pela eficiência; e ao agregar valores sociais e ambientais na rota dos grandes eixos de integração torna o processo de produção repentina de mais-valia uma tarefa mais complexa e diferenciadora na constituição desses grandes territórios estabelecidos no

país. Essa preocupação social e ambiental é uma novidade histórica quando pensamos os Grandes Projetos para Amazônia (GPA), da época desenvolvimentista na década de 1970.

Sobre os EIDs, Gonçalves (2005, p. 61) argumenta que o projeto de Brasil como “arquipélago” continua a base de constituição dos eixos de desenvolvimento, que visam o escoamento da produção econômica, e não tem a preocupação de integrar o país, mas as necessidades do mercado mundial:

Tudo indica que o desenho de que se está forjando com o Programa Avança Brasil se assemelhe ao padrão de organização socioespacial que vigorou no Brasil antes dos anos de 1930, ficando conhecido como “arquipélago sócio-econômico”, posto que cada região se ligasse ao mercado internacional e não as outras regiões do país. Talvez aqui devêssemos lembrar as análises do então sociólogo Fernando Henrique Cardoso acerca do empresariado brasileiro que, segundo ele, não se interessava em participar da política, isto é, dos destinos da polis, ou que só se interessa pela política na exata medida em que esta implicar em seus interesses privados. Ou, quem sabe, estivéssemos vendo simplesmente atuar o sentido meramente econômico dessa empresa chamada Brasil, posto que “brasileiro” é um dos poucos adjetivos pátrios que termina com “eiro” e, tal como o mineiro é assim chamado porque vive de explorar as minas e o usineiro por explorar as usinas, o brasileiro é, rigorosamente, aquele que vive de explorar o Brasil. Assim, é preciso superar essa verdadeira armadilha discursiva que associa o Eixo de Integração e Desenvolvimento a progresso, reduzindo desse modo o desenvolvimento numa única perspectiva, a econômico-empresarial. Sabemos que essa estratégia discursiva tem sido tão eficaz quanto dramática e como o país vem experimentando, há quatro décadas, os efeitos desse progresso e desse desenvolvimento, com resultados pífios, pelo menos para a maior parte da população.

Entretanto, na visão de Guzzi (2010), a escolha dos eixos de desenvolvimento faz parte do princípio da integração de áreas e do direcionamento estratégico das políticas territoriais, agora com vista ao conjunto do país. Diferencia-se, portanto, dos polos de crescimento, que tem como objetivo o crescimento pontual, seguido pela radiação condicionada do sucesso. Prossegue o autor:

Do ponto de vista político (ou geopolítico), entretanto, o mais interessante desses processos que se desenvolvem no Continente na atualidade, é aquele representado pelo conjunto de iniciativas e articulações envolvendo a América do Sul e que estão promovendo-a rapidamente para a posição de uma região geopolítica, isto é, uma entidade política transnacional dotada de unidade mínima e arcabouço institucional baseados em princípios e macro-objetivos comuns nas relações internacionais. Considerando as características básicas da sua formatação inicial e do seu desenvolvimento atual, esse modelo de arranjo regional constitui o único projeto, nessa escala, que procura reproduzir em seus aspectos gerais a experiência européia, na qual a ambição maior dos seus estados-membros sempre foi a de conjugar o máximo de integração econômica a uma macro-concertação político-institucional de natureza transnacional. Nesse sentido, ele distancia-se bastante do modelo convencional que tem sido adotado

pela maioria dos demais Blocos Regionais, nos quais os limites da concertação entre os seus estados-membros estão previamente definidos e os objetivos encontram-se explicitamente circunscritos aos assuntos econômico-comerciais. É por isso que, guardadas as respectivas e óbvias particularidades dessas duas experiências atuais, a integração sul-americana tende a reproduzir aqui o percurso seguido até o presente pela União Européia, no qual o horizonte estratégico mais dilatado que os seus construtores têm em mente, é a constituição e a consolidação de um vasto e engenhoso sistema regional-transnacional de governança. (GUZI, 2010, p.12).

No que concerne às ações concretizadas e projetadas nos EIDs, tem-se como pano de fundo o fator geopolítico de projeção da hegemonia brasileira no escopo do sistema mundo, que necessita da plataforma continental da América do Sul. Portanto, nos EIDs a razão econômica aparece mesclada aos interesses geopolíticos do Estado brasileiro.

Formas de Organizar e Pensar o Espaço Amazônico

Para uma análise geopolítica da Amazônia sob a perspectiva dos novos padrões de organização espacial propostos, é preciso considerar os fracassos de dois modelos já existentes. O primeiro deles, estabelecido pelo rio, quando a várzea e a floresta estavam ligadas à exploração mercantil e à ação colonizadora na busca de integração territorial e da efetivação populacional na Amazônia.

O modelo rio, várzea e floresta é parte constituinte também dos Eixos de Integração e Desenvolvimento, centrado na bacia de drenagem e na exploração potencial de recursos e na implantação de cadeias produtivas localizadas ao longo das cidades ribeirinhas, a ser realizada para agregação de valor econômico local e inserção das populações existentes ao longo dos rios. Esse é o caso do Eixo da Calha do Amazonas:

Este eixo tem cerca de 200 km de largura e 20.000 Km de extensão navegável. Nele existem os portos de Tumaco (Colombia), Esmeraldas (Equador), Paíta (Peru), Manaus, Belém e Macapá (Brasil). A área de abrangência do eixo Amazonas é muito diversificada tanto do ponto de vista econômico. É uma região marcada pela presença de espécies endêmicas e de conhecimento local ainda não apreendido. Para a região há projetos conservacionistas de arranjos produtivos locais, estratégico-militares com acordos específicos em sistemas de radar e monitoramento. Possui potencialidades na área industrial eletrônica, biotecnológica, química, farmacêutica, de cimento, construção naval, alumínio, fertilizante, agrícola (cana-de-açúcar, algodão, tabaco, café, algodão, soja), agrossilvicultura, pesca e mineração (petróleo, gás, carvão, metais e urânio, ferro, ouro, esmeraldas e turismo). (MACHADO, 2011, p. 71).

O segundo modelo de ação incisiva do Estado na Amazônia é estrada, terra-firme e subsolo, contextualizados na era dos grandes projetos de concepção da Amazônia como

plataforma de exportação mineral. Por exemplo, o Projeto Grande Carajás (PGC), realizado por uma linha férrea e portos no sudeste do Pará, que representou a chegada de novos atores territoriais e formas de utilização de recursos naturais.

Esse modelo pode ainda ser visto no complexo de estradas constituídas na Amazônia para a “abertura” da região: Belém – Brasília, Brasília – Acre, Cuiabá – Porto Velho, Cuiabá – Santarém, Manaus – Porto Velho e Transamazônica, esta corta o território de forma transversal. Esse modelo originou uma nova forma de organização sociogeográfica em toda a Amazônia, visto como grandes próteses territoriais para o escoamento estratégico da produção nacionais realizada por atores nacionais e internacionais focados nos novos mercados globais.

Um ponto importante nesse sentido, é que ainda hoje as áreas mais dinamizadas da Amazônia são localizadas nas estradas ou próximas delas, que são importantes indutoras do desenvolvimento regional. Os próprios EIDs são constituídos por essas áreas já dinamizadas na região.

O Estado brasileiro visa ao desenvolvimento interno e externo do país através da projeção dos eixos de integração e desenvolvimento. Entende-se que, além da importância econômica evidente, também as projeções geopolíticas fazem parte da estrutura dos EIDs, caso do eixo proposto Manaus – Caribe, onde a intenção do país é a projeção em direção à Bacia Caribenha, uma antiga aspiração geopolítica brasileira perseguida por governos civis e militares.

Para tanto, torna-se necessário um esforço de convencimento dos países vizinhos quanto ao projeto de hegemonia benevolente brasileiro. Com efeito, as zonas de fricção geopolítica estabelecem um conjunto de forças contrárias que atuam nas regiões fronteiriças, estas estabelecem um jogo de relações muitas vezes assimétricas que potencializa a ação de cada membro que compõem a região de fronteira.

A ligação Manaus – Caracas (Figura 1) já foi concluída, e abre um leque de oportunidades econômicas e políticas nas pretensões brasileiras. Sua lógica é multiterritorial pela sua complexidade envolvendo terras indígenas, produção agrícola, mineral, extrativista e industrial, e ainda por seu viés geopolítico de integração nacional e projeção pelo Caribe.

Figura 1: Eixo de integração Manaus – Caracas



Fonte: IIRSA, 2013.

Essa dimensão multiterritorial difere os EIDs do modelo anterior de polos de desenvolvimento, que tinham como constituição a funcionalidade do espaço pela centralização de uma cidade, onde a radiação ocorre pela interação e prevalência e comando dos serviços e fluxos produzidos num polo. Entretanto, o desenvolvimento regional pelo efeito do extravasamento do crescimento econômico do polo não aconteceu, que tornou esses projetos como enclaves dentro da própria realidade regional.

Assim, a formação da solidariedade territorial é parte constituinte dos novos eixos de desenvolvimento e integração. A construção de uma cadeia produtiva nesses novos projetos e a formação de oportunidades para as populações nativas são elementos atuais norteadores, já em processo de fortalecimento em algumas áreas desses projetos.

Essa solidariedade territorial já era preocupação do geopolítico brasileiro Mário Travassos, conforme Hage (2013, p. 98):

Mas não havia somente o fantasma do crescimento argentino a assombrar a geopolítica de Travassos; havia outro mais forte, mas relativamente acalmado pela distância, visto que o Brasil estaria fora de sua área de articulação. Os Estados Unidos começam a se expandir politicamente pelo Caribe, Antilhas, mas logo se fazem aparecer na América do Sul. Fruto não somente de engenharia, mas também do expansionismo norte-americano o canal do Panamá é amostra de que Washington não deixaria de perturbar o equilíbrio regional. Para Travassos, os Estados Unidos teriam na Colômbia uma porta aberta para posteriormente penetrar na Bolívia e, por fim, adentrar na Amazônia, o que o Brasil temia.

O EID Manaus – Caracas e a Geopolítica Caribenha

A meta geopolítica brasileira de integração do território tem na Amazônia sua atual plataforma de manobra. Portanto, as forças centrífugas e centrípetas são partes constituintes dessa ação, e tem na Bacia Caribenha um elemento importante em direção ao mercado norte-americano e ao aumento da ação brasileira nos países da América Central:

Define o continente americano, do ponto de vista geopolítico, como primeira e última linha de defesa da hegemonia mundial dos Estados Unidos, e parte de uma separação radical entre as Américas Anglo-Saxônica e Latina, cujo nome comum evocaria uma similitude entre as duas que efetivamente não existiria. Spykman divide o “mundo latino” em duas regiões do ponto de vista da estratégia norte-americana no subcontinente: a “América Mediterrânea”, que inclui México, América Central e Caribe, além de Colômbia e Venezuela; e a “América do Sul” ao sul da Colômbia e Venezuela. A primeira seria uma zona de inquestionável supremacia dos Estados Unidos, posto que México, Colômbia e Venezuela são incapazes de se transformar em grandes potências e ficariam sempre numa posição de absoluta dependência dos Estados Unidos. (SILVA, 1981, p.15).

O cenário geopolítico atual tem a forte ideologização da política “chavista”, agora enfraquecida na Venezuela com a morte do líder Hugo Chávez. Com sua retórica esquerdista, tem como um dos princípios o equilíbrio de forças na América Latina, constituindo um “projeto alternativo” diante das pretensões brasileiras e argentinas.

O Eixo de Integração e Desenvolvimento Manaus – Caracas é estabelecido na área de ação da BR 174, rodovia federal que liga o Amazonas e Roraima, chegando a Caracas, atendendo simultaneamente às pretensões brasileiras e venezuelanas.

Para o geopolítico Golbery do Couto Silva, a ação na fronteira brasileira deve ter como ponta de lança as cidades fronteiriças, que estabelecem importantes ligações e estratégias nos limites territoriais brasileiros.

Na atual proposta de discussão de reformulação do programa federal de fronteiras, as iniciativas para consolidação das cidades de fronteira aparecem de forma clara, no sentido de serem importantes elos de projeção e estabelecimento territorial na proposição da proposta de regionalização. Por exemplo, entre as cidades de Caracaraí, em Roraima, e de Santa Helena do Uairen, na Venezuela, que apesar de não serem cidades gêmeas são fronteiriças e dinamizam as relações entre Brasil e Venezuela com importantes fluxos territoriais entre esses países.

Elemento novo foi a entrada da Venezuela no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), que tende a intensificar as relações econômicas bilaterais e regionais.

Nesse escopo, a produção industrial da Zona Franca de Manaus, ao sul do referido EID, apresenta-se como ponto importante nas estratégias do Estado brasileiro em direção ao mercado caribenho e norte-americano.

O controle caribenho, portanto, faz-se pela ação econômica e pactos de cooperação e de satelitização em direção à Venezuela. Com o enfraquecimento do projeto chavista, esse país tende a ser neutralizado pela ambição maior do Brasil, que agora terá apenas o México bloqueando seu “expansionismo natural” para a América Central e Caribe:

Com o aumento dos relacionamentos "4+1", com o Chile, Bolívia e Venezuela (apesar de ainda em estágios iniciais), talvez se esteja caminhando para uma possível visão mais ao norte, em um contexto em que o CARICOM se encontraria. No momento, porém, isso não é mais do que uma possibilidade. (ANTIQUERA, 2006, p. 16).

A intensificação das ações de proteção da Amazônia brasileira passam pelo aumento da presença do Estado. Entretanto, a ênfase ambiental é preocupante como no caso do deslocamento dos arroteiros em Roraima (reserva indígena Raposa Serra do Sol) em direção a Guiana, apoiada pelo governo daquele país. Ao mesmo tempo, em que o Estado brasileiro pressionado por grupos conservacionistas criam cinturões de preservação ambiental e populacional como política compensatória, a ação do Estado atua além da fronteira nacional, no controle da rota e no direcionamento caribenho.

Considerações finais

As políticas territoriais voltadas para Amazônia a partir da década de 1990, demonstram uma forma de relacionamento sociogeográfico mesclado, que formam o processo de atuação do Estado brasileiro na Amazônia, e que inclusive trazem a prerrogativa de retomada dos ideais geopolíticos construídos ao longo do processo histórico e das necessidades vividas e pretendidas pelo país.

A Amazônia é detentora de riquezas naturais e com localização privilegiada no quadro de relações geopolíticas no sistema-mundo, que passa por um novo processo de valorização, que pode tirar a região da condição de periferia do centro nacional e mundial.

Os anos 90, depois da crise aguda do modelo liberal, trouxe algumas medidas graduais voltadas ao planejamento do Estado e a ativação do plano geopolítico do país, e que tem como elemento estruturador os Eixos de Integração Territorial. Os EIDs servem às pretensões geopolíticas brasileiras diante das novas demandas da ordem mundial,

centradas na integração da Amazônia e do continente da América do Sul, que servem de palataforma de manobra geopolítica brasileira.

Referências

ANTIQUERA, Daniel de C. **A Amazônia e a Política Externa Brasileira**: análise do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e sua transformação em organização internacional (1978-2002). Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2006.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. 6 ed. São Paulo: Editora Ática, 1998

_____. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

COSTA, W. M. **O Brasil e a América do Sul**: Cenários geopolíticos e os desafios da integração. **Confins**, São Paulo, n. 7, 2009. Disponível em <<http://confins.revues.org/index6107.html>>. Acesso em 28 de jan. 2013.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2005.

GUZZI, Elói Martins Senhoras, André Cavaller. **A Amazônia, o Pacífico e a problemática da integração de infra-estrutura regional na América do Sul**. Disponível em <www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/arquivos/nucleos/.../eloi01.pdf>. Acesso em: 15/07/2010.

HAGE, José Alexandre Altahyde. **Mario Travassos e a geopolítica brasileira**: tensões com a Argentina e preocupações com Imperialismos. **Revista de Geopolítica**, Ponta Grossa, v. 4, n. 01, p.98-114, 01 jan. 2013. Integral. Disponível em: <<http://www.revistageopolitica.com.br/ojs/ojs-2.2.3/index.php/rg/index>>. Acesso em: 22 fev. 2013.

MACHADO, Lia Osório. **Sobre fronteiras e território**. Rio de Janeiro: Grupo Retis–UFRJ. Disponível em: <<http://acd.ufrj.br/fronteiras/pesquisa/fronteira/p02avulsos01.htm>>. Acesso em 04-02-2011.

SILVA, Golbery do Couto. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

Recebido em Maio de 2013.

Publicado em Agosto de 2013.